

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO ASSIS GURGACZ
MARIA VITORIA DE SOUZA

VISIBILIDADE LÉSBICA: UMA ANÁLISE SOBRE A PRESENÇA DA
LESBIANIDADE NA MÍDIA DE MASSA ONLINE

CASCADEL - PR

2023

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO ASSIS GURGACZ
MARIA VITORIA DE SOUZA

**VISIBILIDADE LÉSBICA: UMA ANÁLISE SOBRE A PRESENÇA DA
LESBIANIDADE NA MÍDIA DE MASSA ONLINE**

**Trabalho apresentado como requisito parcial
para conclusão da disciplina TCC 2 – Artigo –,
do curso de Jornalismo do Centro Universitário
da Fundação Assis Gurgacz.
Prof. Orientadora: Julliane Brita.**

CASCADEL - PR

2023

VISIBILIDADE LÉSBICA: UMA ANÁLISE SOBRE A PRESENÇA DA LESBIANIDADE NA MÍDIA DE MASSA ONLINE¹

Maria Vitoria de SOUZA²
Julliane BRITA³

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo analisar a existência de conteúdos voltados à lesbianidade na mídia de massa em duas datas importantes para o movimento lésbico, o Dia do Orgulho Lésbico (19 de agosto) e o Dia da Visibilidade Lésbica (29 de agosto). A pesquisa percorre ainda o papel da mulher na sociedade, movido pelo sistema patriarcal, e foi fundamentada a partir das questões de gênero e orientação sexual, buscando relacionar esse cenário com a atual situação da representação da mulher lésbica na mídia. Para avaliar essas questões, utilizamos a análise de conteúdo (BARDIN, 2016) na busca de códigos que, quando comparados e avaliados, tratassem da inclusão ou da exclusão das mulheres não heterossexuais, bem como a responsabilidade jornalística ao trazer visibilidade e reportar tal assunto. Concluímos que as mulheres lésbicas aparecem na maioria dos veículos observados. Por outro lado, identificamos nas produções do recorte escolhido temas e posicionamentos que reforçam os estereótipos ligados à lesbianidade.

PALAVRAS – CHAVE: Lesbianidade, Mídia de massa, Representatividade.

1 INTRODUÇÃO

Números apresentados pelo IBGE⁴ a partir da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) de 2022 apontam que a quantidade de mulheres no Brasil é superior à de homens. Segundo a pesquisa, a população brasileira possui 48,9% de homens e 51,1% de mulheres. Mesmo sendo a maioria da população, a sociedade é regida pelo patriarcado, um sistema de poder construído historicamente a partir de uma hierarquia social (LOP, 2009, p. 8) que conferiu aos homens privilégios e controle sobre as mulheres.

Na sociedade patriarcal, historicamente as mulheres ocuparam um papel de subordinação e limitação. Elas foram direcionadas a funções de cuidado doméstico, maternidade e servidão ao homem (FOLADOR, 2009, p. 6). Seu acesso à educação, ao trabalho e à participação na vida pública foi restrito ou controlado. Ao longo do tempo, as lutas feministas e movimentos de igualdade de gênero têm desafiado essas normas e buscado mudanças significativas no papel e nos direitos das mulheres na sociedade.

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Jornalismo do Centro Universitário FAG, no ano de 2023.

² Acadêmica do 8º Período do Curso de Jornalismo do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz. E-mail: mvsouza2@minha.fag.edu.br

³ Professora orientadora. E-mail: julliane@fag.edu.br

⁴ Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

No Brasil, uma pesquisa⁵ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicada pela Agência Brasil em 2019 aponta que 2,9 milhões de pessoas de 18 anos ou mais se declaram lésbicas, gays ou bissexuais. Das mulheres brasileiras, segundo a pesquisa, 0,9% declaram-se lésbicas e 0,8%, bissexuais. Esse dado indica a importância do estudo sobre a visibilidade das mulheres não heterossexuais, já que a representação midiática possui grande importância na construção identitária e na aceitação social daqueles que são representados. “Para entendermos tal construção da realidade, é necessário nos voltarmos para o papel que a mídia, e o jornalismo em especial, desempenham na produção de significados que acabam por legitimar ou excluir comportamentos” (BONOTO; STORCH, 2014, p. 5).

Bertolini (2019, p. 23) conceitua a mídia de massa a partir de sua análise como direcionada a uma audiência grande, diversificada e anônima, ou seja, com uma produção midiática exposta simultaneamente a um amplo público, com mensagens transmitidas de forma impessoal por uma fonte organizada. Esses canais de comunicação possuem um grande alcance que traz responsabilidades a partir de suas produções. Por serem fontes consideradas confiáveis, o jornalismo da mídia de massa tem o poder de informar e influenciar as percepções dos receptores, como explica Carolina Maia de Aguiar:

Em diferentes meios e numa velocidade crescente, discursos jornalísticos oferecem relatos que aproximam realidades distantes, colocam cidadãos em contato com a atuação de seus representantes políticos, dão voz a necessidades de grupos sociais específicos (e, num movimento semelhante, negam essa voz a outros), apresentam novidades culturais e tecnológicas, disponibilizam detalhes sobre a vida íntima de pessoas famosas ou nem tanto, descrevem e explicam fenômenos da natureza e acontecimentos da sociedade e da cultura, interpretam mudanças recentes em nossa sociedade e fazem previsões acerca de alterações futuras. E mesmo quem não se informa diretamente pelas notícias acaba sendo atingido pelos discursos que nelas circulam, através de conversas com amigos, vizinhos, parentes que tenham acesso a tais informações. A compreensão da realidade vivida na atualidade depende em grande parte, portanto, das interpretações veiculadas através das notícias. (AGUIAR, 2011, p. 61)

Considerando a relevância do papel do jornalismo, em especial das mídias de massa, este trabalho tem como objetivo analisar conteúdos acerca de duas importantes datas comemorativas sobre a lesbianidade, o Dia do Orgulho Lésbico⁶ e o Dia da Visibilidade

⁵ Disponível em:

<https://ibdfam.org.br/noticias/10201/Levantamento+mostra+que+Brasil+possui+12+por+cento+de+pessoas+adultas+que+se+declaram+LGBTQIA%2B#:~:text=Os%20dados%20mostram%20que%2C%20dos,nunca%20terem%20sentido%20atra%C3%A7%C3%A3o%20sexual>. Acesso em: 10 jun. 2023.

⁶ Instituído pela ALESP no dia 19 de junho de 2008, o Dia do Orgulho Lésbico foi marcado pelo levante feito no Ferro's Bar, um estabelecimento em São Paulo frequentado majoritariamente por mulheres lésbicas. O dia 19 de agosto foi escolhido como data de comemoração após uma manifestação do movimento, realizada na década de

Lésbica⁷. Para a análise, foi realizada uma pesquisa de produções veiculadas na mídia nas duas datas, sendo elas dia 19 e dia 29 de agosto, ambas em 2023.

A presença (ou não) de representações das mulheres lésbicas é um assunto necessário, uma vez que molda percepções públicas, influencia a construção de identidades e pode reforçar ou combater estereótipos. A escolha pela identidade lésbica se deu por entendermos que há um maior número de estudos que dão conta de outras identidades da sigla LGBTQIAPN+⁸, principalmente a homossexualidade masculina.

Por ser um trabalho que fala sobre mulheres, é importante ressaltar que aqui entende-se que as mulheres podem ser biologicamente determinadas ou não. Por não haver espaço neste artigo para a discussão sobre cada um desses recortes, quando citadas as mulheres, não diferenciamos pessoas cis e trans. Além disso, estamos cientes também da importância de estudos interseccionais que envolvam outros temas dentro do recorte da mulher lésbica, como características raciais, econômicas e padrões estéticos, que não serão abordados neste trabalho.

Para observar como a mulher lésbica é representada pela mídia de massa, contextualizaremos a situação atual da mulher enquanto membro da sociedade patriarcal, bem como o patriarcado relacionado à orientação sexual dessas mulheres, e, por fim, como as mulheres lésbicas são retratadas pela mídia de massa, para que assim seja feita a análise das produções veiculadas a partir das datas escolhidas.

O método escolhido foi a análise de conteúdo (doravante AC), que possibilitará a elaboração de inferências a partir da observação dos dados. A escolha se deu por considerar, segundo Bardin (2016), que a AC possibilita uma leitura qualitativa a partir de dados quantitativos. “(...) o interesse não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos

1980, reivindicando a liberação da venda do zine "chanacomchana", que havia sido proibida pelos proprietários do bar, onde as ativistas lésbicas passaram a ser agredidas verbal e fisicamente (IFMG).

⁷ O Dia Nacional da Visibilidade Lésbica foi estabelecido como comemorativo para o movimento em função do 1º Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), realizado no dia 29 de agosto de 1996 e nascido da necessidade de promover a discussão sobre a luta do movimento lésbico (IFMG).

⁸ Nesta pesquisa, adotamos a sigla LGBTQIAPN+, que “marca um posicionamento de luta, resistência e orgulho” (MOREIRA, 2022, p. 5) e abrange lésbicas (L: mulheres que se relacionam com mulheres), gays (G: homens que se relacionam com homens), bissexuais (B: pessoas que se relacionam com homens e mulheres), transexuais e travestis (T: quem passou por transição de gênero), queer (Q: pessoas que transitam entre os gêneros, como as drag queens), intersexo (I: pessoa com qualidades e características masculinas e femininas), assexuais (A: quem não sente atração sexual por quaisquer pessoas), pansexuais (P: quem se relaciona com quaisquer gêneros ou orientações/condições sexuais), não-binário (N: quem não se percebe como pertencente a um gênero exclusivamente, cuja identidade e expressão não se limitam ao masculino e feminino, estando fora do binário de gênero e da cisnormatividade) e o símbolo aditivo “+(mais)” (+: outros grupos e variações de sexualidade e gênero). Quando a sigla é citada dentro do estudo de outros autores, permaneceremos com a sigla utilizada por eles, entendendo que a atualidade das letras indica também o tempo em que os trabalhos foram produzidos.

poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a ‘outras coisas’” (BARDIN, 2016, p. 44). Para a observação dos dados, foram criadas seis categorias (1) Nome do portal; (2) Título da publicação; (3) Presença de foto; (4) Presença de vídeo; (5) Presença de áudio; e (6) Editoria. Tendo em vista a imensa disponibilidade de conteúdos e ferramentas de busca da internet, os veículos buscados foram filtrados a partir da métrica de alcance, considerando os dados da plataforma Mídia Dados.

Também consideramos relevante demarcar que este é um trabalho produzido por uma mulher não heterossexual, cuja identidade também está em construção. Olhar para a formação identitária a partir da representação jornalística é um movimento político desta jornalista em formação.

2 A MULHER NA SOCIEDADE PATRIARCAL

No livro “O segundo sexo”, Simone Beauvoir (1940) disse “Não se nasce mulher, torna-se” e complementa no decorrer dos capítulos que “não é o corpo-objeto descrito pelos cientistas que exige concretamente e sim o corpo vivido pelo sujeito. A mulher é uma fêmea na medida em que se sente fêmea” (p. 59). Beauvoir, em 1940, escreveu sobre as relações sociais que ditam regras para que o ser mulher ande conforme o patriarcado e a coloca como o Outro.

Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana (BEAUVOIR, DS I, 1980, p. 23).

A partir de Beauvoir, Aguiar (2011, p. 25) identifica que a repetição do discurso sobre o comportamento da mulher escondeu sua origem histórica, criando a impressão de que é inquestionável. Segundo a autora, a visão sobre a mulher pura, casta e frágil é recente, da época vitoriana, com o intuito de controlar o comportamento sexual das mulheres.

Com o tempo, as mulheres partiram em busca de direitos igualitários e, na atualidade, têm conquistado cada vez mais espaço e protagonismo na sociedade. No entanto, ainda existem desafios a serem enfrentados.

[...] de uma subjetividade e de um corpo feminino recatados e dominados pelos interesses do sistema patriarcal, passamos, em grande parte, a uma subjetividade e a um corpo que, freqüentemente, se adequam aos modelos impostos pela cultura contemporânea, através dos meios de comunicação de massa. Entretanto, diante de tais transformações socioculturais e históricas, mesmo que, na contemporaneidade,

permanença, em parte, a idéia de que a mulher é um ser frágil, que necessita de proteção e que ainda assume as funções de procriação e de cuidado com sua prole, ela se mostra como um ser em constante construção, na busca da realização de suas potencialidades[...] (BORIS, CESÍDIO, 2007, p. 26).

As ideias sobre a subjetividade e o corpo feminino evoluíram em conjunto com as mudanças políticas, econômicas, históricas e socioculturais. Segundo os autores, a partir do século XIX, as mulheres, que eram principalmente designadas para funções ligadas à reprodução e eram submetidas de maneira significativa ao controle masculino, adquiriram direitos a partir de reivindicações do movimento feminista por igualdade de direitos.

O direito ao voto no Brasil, por exemplo, foi conquistado pelas mulheres há menos de 100 anos, em 1932⁹. Na mesma época, outros direitos foram conquistados por elas, como o de trabalho, que possuía restrições para mulheres casadas e outras limitações consideradas de gênero, como cargos de chefia e o direito à licença maternidade (BÓRIS; CESÍDIO, 2007, p. 4).

A conquista pelo direito de entrar no mercado de trabalho não colocou a mulher em uma posição de divisão das tarefas de casa, restando à mulher as responsabilidades dentro e fora do lar. “Com o surgimento do capitalismo, a mulher passou a ter não apenas funções reprodutoras, mas assumiu, também, tarefas produtoras de força de trabalho como resultado do maior espaço conquistado na sociedade” (BÓRIS; CESÍDIO, 2007, p. 4).

Entendemos que algumas mulheres sempre trabalharam fora do próprio lar, por isso, é importante ressaltar que esse direito beneficiou principalmente mulheres brancas, já que mulheres negras têm em sua trajetória a marca do trabalho escravizado, especialmente no Brasil, cujo desenvolvimento, por mais de quatro séculos, relegou ao negro “um passado e presente de miséria, sem condições dignas de sobrevivência, reflexo da falsa abolição” (BATISTA, 2005, p. 45). Ainda hoje há uma desigualdade se comparada à situação profissional entre mulheres brancas e pretas.

A pobreza e a marginalidade a que está submetida a mulher negra reforça o preconceito e a interiorização da condição de inferioridade que a inibe de lutar contra a discriminação sofrida, a despeito dessa situação algumas mulheres já vem se despertando para a luta em favor da igualdade de fato pois, além da origem escrava, ser negra no Brasil constitui um empecilho na busca da cidadania e da ascensão social (BATISTA, 2005, p. 46).

⁹ Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=434263#:~:text=O%20direito%20ao%20voto%20pelas,no%20in%C3%ADcio%20do%20s%C3%A9culo%2020>. Acesso em: 15 jun. 2023.

Segundo notícia disponível no site do TST (Tribunal Superior do Trabalho), hoje, “a legislação brasileira conta com diversos dispositivos legais para enfrentar a discriminação de gênero no mercado de trabalho” (TST, 2023). Mesmo assim, na mesma notícia, eles alertam sobre a disparidade no mercado, com a chamada divisão sexual do trabalho, que destina aos homens, prioritariamente, funções de maior valor social. Essa desigualdade também pode ser observada nas taxas de desemprego, que entre as mulheres é de 14,1%, enquanto entre homens é 9,6%. Embora existam leis que protejam a integridade física e determinem os direitos iguais, ainda é possível notar a objetificação da mulher nas relações sociais, familiares, afetivas e de trabalho.

No cenário de segurança, o primeiro semestre de 2022, o Brasil contabilizou 669 feminicídios, crimes de assassinato de mulheres cometidos em razão de gênero, segundo o IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de família)¹⁰. O dado ilustra a realidade da inabilidade que o sistema estatal tem de manter as mulheres em um ambiente seguro. O patriarcado, por ser um sistema de poder, está ligado também ao patrimonialismo (AGUIAR, 2011), em situações caracterizadas por um evidente desequilíbrio de poder na esfera privada. Observa-se a falta de regulamentação adequada nesse contexto, o que explica o sentimento de posse do homem com a mulher dentro da instituição familiar.

A presença de violência doméstica, por exemplo, evidencia que a separação entre público e privado se deu de forma tão ampla que ocorrem situações de dependência no interior do espaço familiar, particularmente das mulheres com relação aos homens. Nesse caso, as instituições políticas ignoram essa situação que permanece à margem do sistema normativo (AGUIAR, 2011, p.3).

Conforme as afirmações apresentadas anteriormente neste artigo, o patriarcado tradicionalmente atribui às mulheres o papel de cuidadoras e responsáveis pela reprodução da família, o que influencia também a forma como a maternidade é vivenciada e percebida. De agosto de 2022 a agosto de 2023, nasceram mais de 1 milhão e meio de crianças; dessas, 6,8% entraram para as estatísticas de certidões com pais ausentes¹¹, dado que mostra a disparidade de responsabilidade sobre as crianças e a falta de amparo às mães por parte dos genitores.

Todos esses pontos que possibilitam a visualização de como o patriarcado se instala são potencializados a partir de fatores como classe social, raça e sexualidade de cada uma dessas

¹⁰ Disponível em:

<https://ibdfam.org.br/noticias/10312/Brasil+teve+recorde+de+femicidio%C3%ADdios+no+primeiro+semestre+de+2022>>. Acesso em: 10 set. 2023.

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/08/13/brasil-registrou-mais-de-100-mil-criancas-sem-o-nome-do-pai-so-neste-ano-sao-quase-500-por-dia.ghtml>>. Acesso em: 10 set. 2023.

mulheres. Mulheres trans, negras e pobres, por exemplo, costumam ser mais afetadas no quesito desigualdade, por isso é importante visibilizar as dores também dessas minorias, aspecto indispensável para incluí-las no espaço social e para desconstruir o sistema patriarcal de forma uniforme e justa.

Romper a invisibilidade é condição primária para a desconstrução de categorias consideradas universais. No caso das mulheres, ao tomá-las como branca, heterossexual e cisgênero, desconsidera-se as especificidades de mulheres negras, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e trabalhadoras nas diversas demandas do feminismo, como violência, mercado de trabalho, direitos sexuais e reprodutivos, dentre outras (OLIVEIRA, 2018, p. 16).

A busca pela igualdade é um debate atual e segue sendo uma das maiores causas do movimento feminista. Avanços, como o aumento progressivo da presença das mulheres no mercado de trabalho, estudos da ciência relacionados aos métodos contraceptivos e o aprimoramento da educação das mulheres são fatores importantes para a evolução da sociedade e introduzem, segundo Lira e Barros (2015, p. 21), um conjunto de chamados "novos valores", associados a uma maior igualdade entre homens e mulheres. Mesmo assim, romper a invisibilidade, como pontua Oliveira (2018), é elemento essencial para consolidar os direitos conquistados e avançar na desconstrução daquele “Outro”, identificado por Beauvoir (1940), que acaba por se estabelecer também nas categorias consideradas universais de mulheres. O próximo tópico, então, propõe-se a observar como a mulher lésbica, identidade objeto desta pesquisa, está colocada neste contexto.

2.1 MULHER LÉSBICA NA SOCIEDADE PATRIARCAL

Ao longo da história, a sociedade que se moldou a partir do sistema patriarcal tem exercido um controle significativo sobre a vida das mulheres, incluindo a vivência enquanto mulheres lésbicas. Existem complexas conexões entre gênero, sexualidade e a influência do patriarcado na experiência de mulheres que se identificam como lésbicas. Ao considerar a natureza cultural e histórica das identidades LGBTQIAPN+, reconhece-se que elas não são inerentes, mas sim moldadas por um contexto específico. Isso é essencial para uma compreensão das suas implicações políticas, que se refletem em desigualdades sociais e simbólicas (AGUIAR, 2011, p. 21).

A submissão dessas mulheres, estipulada pelo patriarcado, possui ligação com os padrões conservadores que reforçam a heteronormatividade e colocam a mulheres da

comunidade LGBTQIAPN+ em situações de opressão e invisibilidade. Alessandra Acedo (2014) aponta a imposição patriarcal sobre as mulheres não heterossexuais:

Ela deverá ser submissa, entender que exercerá funções definidas, que terá determinados comportamentos sociais, como ser mãe e esposa. Enfim, ela deverá conhecer o seu lugar, ou seja, de ser subordinada ao homem. Nesse sentido, o patriarcado e a heterossexualidade têm rígido esquema de hierarquização (ACEDO, 2014, p. 2).

Conforme Aguiar (2011, p. 23), o senso comum detém uma expectativa que vincula sexo, gênero e identidade sexual, determinando, por exemplo, que um indivíduo que possui genitais masculinos obrigatoriamente deve se identificar como homem e envolver-se sexual e afetivamente com mulheres; no caso das mulheres, a lógica persiste: indivíduos que possuem genitais femininos obrigatoriamente devem se identificar como mulheres e terem envolvimento sexual e afetivo com homens.

Assim como ocorreu com as mulheres, as disputas envolvendo os direitos das populações não heterossexuais não aconteceram sem polêmicas e conflitos. Na realidade, tais processos estão longe de ser encerrados, e as mudanças nas concepções e práticas envolvendo sexualidades diferentes do “padrão” esperado não acontecem de forma linear (AGUIAR, 2011, p. 20).

Esse comportamento diz respeito à heterossexualidade compulsória. Conforme Judith Butler (2018), as normas de gênero e sexualidade são construções sociais e culturais que, além de restringir, impõem a heterossexualidade como norma e ainda reprimem outras formas de identidade de gênero e orientação sexual. Isso significa, segundo a autora, que a heterossexualidade compulsória funciona através de uma série de práticas, instituições e discursos que normatizam e naturalizam os papéis de gênero tradicionalmente associados aos sexos e à heterossexualidade.

Conforme citado anteriormente, há um comportamento e postura esperados da mulher, em que o papel é construído socialmente em razão de um sexo biológico. Por isso, para compreender a experiência das pessoas lésbicas, é fundamental diferenciar e entender gênero e sexualidade.

Segundo Aguiar (2011, p. 29), o gênero refere-se às características sociais, culturais e psicológicas associadas a ser homem ou ser mulher dentro de uma dada sociedade. Ou seja, é uma construção social que determina papéis, expectativas e normas de comportamento associados a cada sexo. Ainda seguindo a autora, o conceito de gênero evita dividir as pessoas em homens e mulheres com base em seu sexo biológico. Além disso, delimita que o gênero é

uma construção social em constante evolução, e a análise das diferenças entre masculino e feminino deve considerar o contexto cultural e histórico.

A sexualidade, por outro lado, diz respeito à atração emocional, afetiva e sexual que uma pessoa sente em relação a outras pessoas:

A orientação sexual refere-se ao desejo por um ou ambos os sexos, relacionando-o ao sexo e gênero do indivíduo. Ao contrário do senso comum, que assume uma conexão automática e previsível entre gênero, corpo e desejo, essa associação não é fixa. Por exemplo, alguém com um corpo biologicamente feminino, identidade de gênero feminina e atração por outras mulheres pode identificar-se como lésbica. Da mesma forma, alguém com corpo biologicamente feminino, identidade de gênero masculina e atração por mulheres pode ter uma identidade sexual hétero, buscando parceiras do sexo oposto ao que sua identidade de gênero sugere (AGUIAR, 2011, p. 15).

Portanto, gênero se relaciona à identidade de gênero, como alguém se identifica, e sexualidade se refere à orientação sexual, a quem alguém se sente atraído. No caso das mulheres lésbicas, sua identidade é feminina e a orientação sexual é direcionada a outras mulheres.

Dentro deste contexto, a vivência das mulheres lésbicas é moldada por várias formas de discriminação e opressão, por seu gênero e, posteriormente, por sua sexualidade, a partir do momento em que seus interesses saem da heteronormatividade advinda do conservadorismo, pois o sistema patriarcal integra a heterossexualidade, definida como a "atração natural entre os sexos opostos" (ACEDO, 2014, p. 2), como a única maneira de relacionamento sexual aceitável, estabelecendo-a como a norma sexual.

Sendo assim, há uma predefinição do espaço que a mulher deve ocupar, e quando falamos de mulheres lésbicas, existe uma potencialização dos preconceitos e marginalização.

A lésbica é a transgressora de um tabu, na medida em que rejeita uma forma de vida obrigatória para as mulheres. A lesbianidade será desqualificada, dirão que as lésbicas não passam de imitação dos homens, do macho, querem acreditar que somos mulher-macho, mulher feia, mulher mal-amada, desprezada pelos homens, frustrada (ACEDO, 2014, p. 3).

Além disso, as mulheres lésbicas frequentemente enfrentam estereótipos e pressões sociais para adotar comportamentos considerados "femininos" ou "masculinos", muitas vezes não podendo ser autênticas em suas identidades de gênero. Luana Farias de Oliveira (2018) explica que o que ocorre é um processo de invisibilização a partir do preconceito da negação de sua sexualidade devido à expectativa heterossexual e de serviço ao homem.

Assim, além de estarem submetidas a: (1) relações de alienação que impõem, a homens e mulheres, dificuldade para a formação de uma consciência revolucionária

frente ao capitalismo; acrescida de (2) relações patriarcais que conferem às mulheres a situação de dominação-exploração (SAFFIOTI, 2015); as lésbicas estão submetidas à (3) naturalização da heterossexualidade obrigatória, impossibilitando, para muitas mulheres, a descoberta e vivência da lesbianidade, além da violência em pautá-la politicamente, sobretudo no Brasil (OLIVEIRA, 2018, p. 21).

A pauta política da vivência da lesbianidade, então, perpassa a compreensão das identidades relacionadas, “resultado da interação entre características do indivíduo e a cultura em que este se insere” (AGUIAR, 2011, p. 15). Para a autora, leva-se em consideração a importância dos meios de comunicação de massa para produzir e disseminar bens culturais e, conseqüentemente, contribuir para estabelecer, consolidar e questionar identidades. Para tratar, então, sobre como essa abordagem vem sendo feita, passamos para a compreensão da mulher lésbica em relação ao jornalismo.

2.2 A MULHER LÉSBICA AO JORNALISMO

Desde a década de 2000, há uma crescente conscientização e sensibilidade em relação à diversidade de gênero e sexualidade advinda das reivindicações do movimento LGBTQIAPN+, o que tem se refletido na mídia. Segundo Rodrigues (2010, p. 5), “É inegável a ocorrência de um fenômeno na mídia nacional de uma forma geral, acentuadamente ao longo da primeira década dos anos 2000: o aumento da visibilidade da população LGBT”.

O processo da mídia em representar essas pessoas foi e ainda é questionado a partir de seus signos e passou a ser objeto de estudo. Ao longo dos anos apareceram personagens homossexuais na mídia que trouxeram visibilidade para essa comunidade. Nos meios de comunicação, essas pessoas eram representadas através de estereótipos acentuados, gays afeminados e lésbicas masculinizadas (RODRIGUES, 2011, p. 10).

Aos poucos, além de papéis caricatos, personagens LGBTQIAPN+ alcançaram outros espaços na mídia, protagonizando novelas, campanhas publicitárias, colunas em revistas e outros locais midiáticos. Um exemplo de comunicação que inclui casais formados por mulheres pode ser visto na campanha “Pense menos, ame mais”¹², da marca de chocolates Sonho de Valsa, que mostrou casais homoafetivos trocando beijos, causou controvérsia, mas também teve grande repercussão positiva. Desde então, outras marcas adotaram estratégias de inclusão, como a Natura, que lançou uma campanha em 2018 chamada “Simpatia para amarrar o seu amor”¹³, em que duas mulheres protagonizam um momento de beijo e carinho durante uma

¹² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HYWyzYJhQyk&t=58s>> Acesso em: 20. set 2023

¹³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hCDiJKVjHkI>> Acesso em: 20. set 2023

dança.

Esses e outros produtos comunicacionais geram identificação a partir das relações sociais da população, principalmente da comunidade LGBTQIAPN+. Dessa forma, esse tipo de conteúdo contribui para a inclusão e incentiva a liberdade de expressão para aqueles que fazem parte da comunidade.

A representatividade é essencial para combater a LGBTfobia e inserir cada vez mais os LGBTQ+ na sociedade, seja por meio de cargos de liderança em empresas ou na presença de artistas nas mídias sociais. Ser representado é sentir-se capaz e acolhido no ambiente de trabalho, sabendo que suas diferenças são respeitadas e valorizadas; é mostrar para as crianças e jovens LGBTQ+ que ser diferente é normal, e que elas não estarão sozinhas na luta contra o preconceito (FERNANDES, 2021, n.p.).

Os meios de comunicação desempenham um papel crucial na construção de representações de gênero e podem contribuir para a disseminação de estereótipos e preconceitos (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2018, p. 5). Sobre a propagação da imagem da mulher em produtos comunicacionais, por exemplo, percebemos a repetição dos padrões estipulados pelo patriarcado, ou seja, elas são representadas a partir do papel da mulher na sociedade já mencionado neste trabalho, direcionada aos olhos masculinos. A hipersexualização e a objetificação da mulher são comuns na mídia, e isso não se limita apenas a propagandas de cerveja, mas abrange vários setores da indústria (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2018, p. 6). Essas produções reforçam a idealização do patriarcado, o que é prejudicial na busca por igualdade de gênero.

Viabilizar a imagem de pessoas LGBTQIAPN+ é importante para a normalização e integração desses indivíduos na sociedade, porém, a forma com que essas pessoas são representadas na mídia atual deve ser avaliada, já que cada formato e abordagem conduz a interpretação dos receptores.

O cenário de assuntos que envolvem mulheres lésbicas conta ainda com questões maiores. Como aponta Rodrigues (2011, p. 6), "o tratamento da sexualidade feminina sempre privilegiou modelos heterossexuais", sendo assim, as mulheres não heterossexuais aparecem consideravelmente menos nas mídias, o que contribui para a invisibilização dessas personagens.

Quando retratadas, as mulheres lésbicas encontram ainda outros desafios, já que a mídia frequentemente perpetua estereótipos e preconceitos em relação à homossexualidade, o que contribui para o estigma que afeta essa comunidade (RODRIGUES, 2011, p. 9). Isso significa que inserir personagens lésbicas estereotipadas cria uma associação heteronormativa que é distante da realidade.

Nesse contexto, a apresentação da relação homoafetiva enquadrada em um padrão heteronormativo pode ser entendida não exatamente como um avanço, mas antes como uma resposta conservadora ao estigma e ao preconceito, ou seja, uma maneira de se redimir uma relação fora dos limites normais socialmente estabelecidos (RODRIGUES, 2011, p.10).

Além disso, Rodrigues (2011) ainda firma que a ausência de determinados temas na mídia também pode moldar a forma como as relações homoafetivas são percebidas, e a romantização da sexualidade pode domesticar essas relações.

Partindo das produções especificamente jornalísticas, Paula Silveira Barbosa (2019) aponta o jornalismo como "cúmplice de uma ordem que aparta tudo e todos que são considerados desviantes" (BARBOSA, 2020, p. 8) e ainda reitera que "o silêncio sobre determinados segmentos sociais colabora para fixar na história que o seu lugar é o de esquecimento" (IDEM). A inclusão (ou não) da mulher lésbica na mídia perpassa, então, a própria ideia de existência diante da sociedade. Afinal, "O tratamento jornalístico dado a essas questões [...] será em grande parte responsável pela legitimação dessas categorias e mesmo pelo apagamento de seu caráter histórico e socialmente construído (AGUIAR, 2011, p. 66)".

Assim, segundo Alsina (2009), entende-se que a mídia não apenas reflete os agentes sociais e suas interações, mas é responsável por representá-los. Neste processo, a forma como são representados ou mesmo a ausência de representação é determinante para a legitimação desses sujeitos, não apenas para si mesmos, mas especialmente para os demais. Entretanto, ainda que todos sejam parte da sociedade, "nem todos os agentes sociais recebem o mesmo tratamento jornalístico em quantidade nem em qualidade" (ALSINA, 2009, *apud* AGUIAR, 2011, p. 65).

O jornalismo, então, em especial as notícias, oferece elementos para que o público construa a própria visão sobre o mundo e seu funcionamento, ainda que ele não seja o único discurso capaz de fazer isso (os discursos científico e religioso, por exemplo, também são legitimadores sociais). Reconhecido como verdadeiro, entretanto, o discurso jornalístico acaba por alcançar pessoas e realidades que muitas vezes outros discursos não conseguem chegar (TRAQUINA, 2005), estabelecendo ainda mais a importância de sua pluralidade.

Quando, então, trazemos à tona a responsabilidade que o jornalismo tem nessa questão, a presença da mulher lésbica no que é veiculado passa a ser de especial interesse. Assuntos do universo da sigla LGBTQIAPN+ têm aparecido com mais frequência na mídia, a diferenciação das identidades se faz necessária para que haja um aumento de visibilidade.

Os movimentos sociais com poucos recursos têm dificuldades em ver seus acontecimentos transformados em notícias. Se pretendem jogar no tabuleiro do xadrez jornalístico, precisam ajustar o seu modo de interação organizacional aos modos das organizações estabelecidas. A cobertura do movimento depende, em parte, da capacidade de criar um aparelho de publicização e demonstrar a sua vontade de participar da teia de facticidade que sustenta o trabalho jornalístico (TRAQUINA, 2005, p. 112).

Entendemos que parte desse aparelho de publicização reside nas datas de visibilidade e de orgulho, como é o caso das efemérides observadas nesta pesquisa. Nessas oportunidades, mais do que em outras, é um momento em que a pauta tem motivo para se voltar aos indivíduos reais que adotam a identidade em questão.

“(...) uma imprensa que se dedique a comunicar de e para LGBTs não estará simplesmente veiculando acontecimentos e questões consideradas de interesse para essas populações, e sim auxiliando na definição do que lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros *são* ou mesmo como eles *devem ser*” (AGUIAR, 2011, p. 70, grifo da autora).

Considerando os aspectos tratados, partimos para a observação quanto à representação da mulher lésbica na mídia de massa. Levaremos em conta, além disso, aspectos inerentes ao tratamento jornalístico dado a essa questão, como explicaremos no próximo tópico.

3 UMA PROPOSTA DE ANÁLISE: ORGULHO E VISIBILIDADE NA MÍDIA DE MASSA ONLINE

No jornalismo, o posicionamento do que é publicado hierarquiza a importância dada a determinado tema. Considerando a relevância do discurso midiático para a sociedade, principalmente a mídia de massa, cujos veículos têm maior alcance, como citado na fundamentação, entendemos a necessidade de uma análise deste conteúdo para observar a relação entre o jornalismo e a mulher lésbica. Por isso, este trabalho se propõe a avaliar onde e como as mulheres lésbicas aparecem na imprensa brasileira.

Para esta análise, nos baseamos em Bardin (2016). Segundo a autora, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas utilizadas para examinar as comunicações, com o objetivo de extrair indicadores notáveis, que podem ser relacionados às circunstâncias envolvidas na criação ou recepção dessas mensagens.

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 2016,

Na intenção de setorizar a busca, foram levantados conteúdos jornalísticos veiculados acerca de duas datas comemorativas do movimento lésbico, são elas: 19 de agosto, Dia do Orgulho Lésbico, e 29 de agosto, Dia da Visibilidade Lésbica. O levantamento do material analisado no presente trabalho se deu a partir de conteúdos publicados nas datas comemorativas ou sobre elas.

Essas datas foram escolhidas como critério por marcarem a representatividade e fazerem com que os olhares se voltem para as mulheres lésbicas. O debate da lesbianidade não costuma estar presente nas pautas, por isso e pelo fato de que a invisibilidade é largamente denunciada por mulheres lésbicas, que as datas como o dia da visibilidade lésbica foram criadas (OLIVEIRA, 2018, p. 10). Sendo assim, avaliar as publicações da mídia nessas datas é relevante para entender como a mídia está se posicionando.

A partir da perspectiva de Bardin (2016), desenvolvemos procedimentos para uma análise lógica acerca da publicação dessas informações, considerando fatores como veículo, editoria, título e conteúdo audiovisual. Sendo assim, o propósito principal não se concentra exclusivamente na descrição do conteúdo, mas sim na comparação entre os fatores sinalizados e nas conclusões que surgirem após a observação dos dados coletados.

Para selecionar os veículos de massa a serem observados, fizemos uma pesquisa através da Mídia Dados¹⁴, uma plataforma fundada pelo Grupo de Mídia de São Paulo¹⁵ responsável por compilar e analisar dados do mercado midiático, emitindo gráficos e estudos sobre a mídia brasileira. Nossa busca por dados se concentrou no alcance dos portais, pois este critério evidencia a popularidade dos veículos de imprensa no Brasil.

Os indicadores de mídia mais utilizados e avaliados são: alcance, frequência, GRP (Gross Rating Points) e CPM (Custo por Mil). A análise quantitativa desses indicadores permite que o planejador tome decisões tanto quanto aos veículos de comunicação, como a escolha do plano de mídia com maior potencial para alcance de seus objetivos (PFALTZGRAFF, 2007, p. 2).

Na pesquisa da plataforma, foram relacionados 30 veículos classificados em 2023 com o acesso via mobile. Observando os dados, selecionamos 14 portais por serem aqueles que contavam com 10.000 visitantes únicos por dia ou mais. Esse recorte numérico se deu pela

¹⁴ Disponível em: <https://midiadados.gm.org.br/view-content/tableau@34d68852-fa78-44aa-9748-15280c745735?category=midia_digital>. Acesso em: 18 de out. 2023.

¹⁵ O Grupo de Mídia de São Paulo foi fundado em 1968, sendo parte da criação e consolidação da mídia brasileira e da profissionalização da categoria. Disponível em: <<https://gm.org.br/grupo-de-midia/>>. Acesso em: 18 de out. 2023

observação de todos os veículos listados, a partir dos quais consideramos 10.000 uma quantidade que demonstra relevância diante dos outros, já que os demais tinham acessos abaixo ou muito abaixo desse número.

Vieira (2018) sugere que a prática do jornalismo online é impactada por um conjunto de valores que focam nos dados referentes à audiência e visibilidade. Sendo assim, o jornalismo é estruturado por divisões feitas a partir de requisitos como temas, público, gênero textual. Cada um desses pontos está submetido a uma linha editorial, que por sua vez, também direciona uma hierarquização dos assuntos tratados no veículo. Por esse motivo, tornamos a editoria mais um código de análise para este estudo. “Dentro de uma publicação, as informações são divididas por assuntos/seções ou, utilizando um termo mais apropriado, por editorias. Porém, as categorias propostas pelo autor perpassam essa divisão em assuntos” (MIELNICZUK, 2003, p. 79).

A recepção de uma mensagem é variável de acordo com a vivência de cada leitor, mesmo assim os enunciados e seus contextos têm o poder de impactar e são parte do entendimento do conteúdo feito pelo receptor. Por isso, também utilizamos nesta análise o título como critério avaliativo.

De modo geral, pode-se afirmar que a recepção de qualquer mensagem não é processo passivo, o que deixaria a audiência submetida ao discurso do emissor. Ela envolve atividade de inferência, escolha de sentidos e percepção conforme o contexto da enunciação (a condição em que é feita), do enunciado (o que vem antes, o que vem depois) e o estoque de memória de cada receptor (LAGE, 2006, p. 18).

Ainda dentro das categorias usadas para codificação desses conteúdos, nossa pesquisa conta com informações sobre a riqueza de materiais audiovisuais que complementam as informações de cada publicação jornalística, como a presença de foto, vídeo ou áudio nos materiais publicados. A utilização de materiais multimidiáticos nas produções jornalísticas foi levada em conta porque, segundo Mielniczuk (2003), a multimidialidade ou convergência, ou seja, a presença de recursos como fotografias, vídeos ou áudios, é uma das potencialidades do jornalismo online. Dessa forma, a utilização de todas as potencialidades da rede na produção jornalística torna o conteúdo mais relevante, por isso, entendemos como determinante a avaliação deste requisito.

Vale ressaltar que conteúdos sobre ambas as datas foram colocados na tabela da qual a data de publicação está mais próxima, como a notícia do G1 "Mês da Visibilidade Lésbica tem duas datas de comemoração em agosto; entenda diferença", que foi publicada no dia 29/08.

Para visualizar os conteúdos, produzimos dois quadros que apresentam critérios escolhidos como códigos para análise, a saber: (1) Nome do portal; (2) Título da publicação; (3) Presença de foto; (4) Presença de vídeo; (5) Presença de áudio; e (6) Editoria.

Tabela 1 - Publicações sobre o Dia do Orgulho Lésbico (19 de agosto de 2023)

Portal	Título	Foto	Vídeo	Áudio	Editoria
Globo	Dia do Orgulho Lésbico: qual é a história por trás dessa data histórica?	Sim	-	-	revistamarieclaire
UOL	Festival no Rio celebra o Dia do Orgulho Lésbico	-	-	-	notícia
R7 Notícias	Festival no Rio celebra o dia do orgulho lésbico	Sim	-	-	notícia
Terra Notícias	Dia do Orgulho Lésbico: Ato no Museu Judaico celebra legado da ativista Rosely Roth	Sim	-	Sim	nós
Correio Web	não consta	-	-	-	-
Metrópolis	não consta	-	-	-	-
Folha de SP	Levante do Ferro's Bar, o Stonewall brasileiro, completa 40 anos	Sim	-	-	notícia (folha)
Veja	não consta	-	-	-	-
CNN	não consta	-	-	-	-
Estadão / Grupo Estado	não consta	-	-	-	-
Exame.com	Não consta	-	-	-	-
EM.COM.BR	não consta	-	-	-	-
O Tempo Jornal	não consta	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 2 - Publicações sobre o Dia da Visibilidade Lésbica (29 de agosto de 2023)

Portal	Título	Foto	Vídeo	Áudio	Editoria
Globo	Qual a diferença entre o Dia do Orgulho Lésbico e o da Visibilidade Lésbica?	Sim	-	-	vogue
	Dia da Visibilidade Lésbica: 10 casais lésbicos mais icônicos das séries	Sim	-	-	techtudo
	Dia Nacional da Visibilidade Lésbica: 10 obras audiovisuais para assistir	Sim	-	-	gshow
	Dia Nacional da Visibilidade Lésbica: 6 matérias para celebrar a data	Sim	-	-	vogue
	Empreendedora lésbica une panificação e ativismo na Sapadaria	Sim	-	Sim	revistapegn
	Nanda Costa celebra o Dia da Visibilidade Lésbica: 'Só vim dar pinta'	Sim	-	-	gshow
	Angela Ro Ro reflete sobre o Dia da Visibilidade Lésbica: 'Fui apedrejada e, se bobear, continuo sendo'	sim	-	-	gshow
	Mês da Visibilidade Lésbica tem duas datas de comemoração em agosto; entenda diferença	-	Sim		g1
	No Dia da Visibilidade Lésbica, lembre cantoras pioneiras que aderiram à causa na música e na vida	Sim	-	-	g1
	Deputada negocia apoio para aprovar o Dia da Visibilidade da Mulher Lésbica Negra no Rio	Sim	-	-	extra
	Dia Nacional da Visibilidade Lésbica: Conheça mulheres fora do padrão de feminilidade que lutam para combater o preconceito	Sim	-	-	notícia (oglobo)
	Primeira edição do Chá da Tarde das Mulheres que Amam Mulheres é neste sábado em Mogi das Cruzes	Sim	-	-	g1
UOL	Dia da visibilidade lésbica: 8 projetos “lesbian chic” para você acompanhar	Sim	-	-	glamurama
	Visibilidade lésbica: quando a ida ao ginecologista pode ser um trauma	-	-	Sim	noticias
	Visibilidade lésbica é tema de Festival em São Paulo	Sim	-	-	noticias
R7 Notícias	Visibilidade lésbica na contabilidade	Sim	-	-	contábeis

Terra notícias	Mês da Visibilidade Lésbica: entenda as duas datas comemoradas em agosto	Sim	-	Sim	nós
	Dia da Visibilidade Lésbica: 5 filmes e séries sobre amor entre mulheres	Sim	-	Sim	entre-telas
	Visibilidade lésbica: quando a ida ao ginecologista pode ser um trauma	Sim	-	Sim	nos
	Dia da visibilidade lésbica: 3 personagens que amamos ver nas telas e que você precisa conhecer	Sim	-	Sim	entre-telas
	Com Carol Biazin e Lorena Coutinho, Casa 1 realiza Semana de Visibilidade Lésbica	Sim	-	Sim	nos
	Amor entre mulheres: 6 filmes sáficos que você precisa conhecer para prestigiar o Dia da Visibilidade Lésbica	Sim	-	Sim	entre-telas
	Filmes inspirados no Dia da Visibilidade Lésbica	Sim	-	Sim	entre-tela
	Por uma santa intervenção sem inquisição: do orgulho ao barulho	Sim	-	Sim	nos
	Mulheres lésbicas atrasam em até três anos ida ao ginecologista	Sim	-	Sim	nos
	Quem foi Rosely Roth, ativista pioneira dos direitos lésbicos no Brasil	Sim	-	Sim	nos
	Maria Casadevall surpreende ao mostrar foto raríssima com a namorada: 'Visibilidade sapatão'	Sim	-	Sim	diversao
	Lesbiandade': livro expõe caminhos percorridos por mulheres lésbicas para entendimento das violências	Sim	-	Sim	nos
Correio web	não consta		-	-	
Metrópolis	Ministério das Mulheres cria fórum de apoio a lésbicas	Sim	-	-	notícia (metropolis)
	27% das mulheres hétero trairiam o parceiro com outra mulher	Sim	-	-	colunas/pouca-vergonha

Folha de SP	Pagode da 27 e Bee Festival Multicultural fazem parte da programação do fim de semana em SP	sim	-	-	guia.folha
	Câmara dos Deputados terá 1ª sessão solene sobre Dia da Visibilidade Lésbica	Sim	-	-	colunas/painel/
Veja	não consta	-	-	-	-
CNN	No Dia da Visibilidade Lésbica, deputadas relatam ameaças e propõem leis	Sim	-	-	cnnbrasil (notícia)
	Mulheres lésbicas sofrem “dupla opressão” e precisam de visibilidade, diz especialista	Sim	-	-	cnnplural
	Deputada federal Daiana Santos afirma ter sido ameaçada de “estupro corretivo”	Sim	-	Sim	cnnbrasil (notícia)
	Visibilidade lésbica no mundo corporativo: este problema é seu!	Sim	-	Sim	cnnplural
Estadão / Grupo Estado	não consta	-	-	-	-
Exame.com	Conheça as datas comemorativas feriados de agosto de 2023	Sim	-	-	pop
EM.COM.BR	Dia da Visibilidade Lésbica: 10 autoras que você precisa conhecer	Sim	-	-	Diversidade (em.com)
	Dia da Visibilidade Lésbica - A cor e a dor de ser negra e lésbica	-	-	-	noticia/opinião
O Tempo Jornal	não consta	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pela autora.

A partir das publicações dos 14 portais mais acessados pelos brasileiros na pesquisa de janeiro de 2023, localizamos pontos relevantes a serem considerados com o intuito de observar a existência (ou não) de mulheres lésbicas na mídia, além disso, quais são as percepções sobre a forma com que elas são representadas a partir do título, da editoria e da complexidade dos conteúdos produzidos. Dentre os pontos categorizados, as tabelas trazem informações quantitativas e qualitativas, sobre as quais nos deteremos no próximo tópico.

3.1 ASPECTOS QUANTITATIVOS

Durante o levantamento dos dados, localizamos cinco publicações feitas no dia ou sobre o Dia do Orgulho Lésbico e 39 publicações feitas no dia ou sobre o Dia da Visibilidade Lésbica. A invisibilidade também é um fator a ser considerado, já que quatro dos portais apresentados não fizeram nenhuma publicação sobre o mês comemorativo e outros quatro fizeram apenas sobre o dia 29. Conforme mencionado anteriormente, o jornalismo é uma ferramenta que traz visibilidade e tem o poder de propagar ou não mensagens importantes. Sendo assim, o fato de não abordar estas datas, tão significativas para o movimento lésbico, as coloca como irrelevantes.

(...) mais do que compor um registro autônomo das experiências de ativismo e existência lésbica no Brasil, a Imprensa Lésbica, só por existir, denuncia o jornalismo como cúmplice de uma ordem que aparta tudo e todos que são considerados desviantes. Dessa forma, o silêncio sobre determinados segmentos sociais colabora para fixar na história que o seu lugar é o de esquecimento (BARBOSA, 2019 p.8).

Os materiais de apoio apontados nesta pesquisa também dizem respeito à dedicação empregada nas produções, uma vez que cada produto audiovisual demanda maior tempo de desenvolvimento para a equipe do emissor. Das 44 postagens localizadas na pesquisa, 1 possui vídeo, que é uma reprodução de um telejornal; 17 contam com áudios, que são gerados pela ferramenta de leitura por inteligência artificial, portanto, não são produzidos pelos jornalistas ou acrescentam informações ao texto; e 41 possuem fotos, majoritariamente de banco de imagens da internet. Com os dados numéricos e características dos materiais, o teor genérico no conteúdo audiovisual disposto por esses veículos fica evidente.

3.2 ASPECTOS QUALITATIVOS

Outro ponto a ser levantado nesta pesquisa é a editoria, ou seja, em que setor os veículos escolheram veicular o assunto. No quadro, é possível localizar uma maioria de colunas que trabalharam o tema, enquanto apenas 10 foram disponibilizadas no formato de notícia principal dos portais.

Conforme apontado nesta pesquisa, o local onde as publicações são feitas também hierarquiza o número de acessos e a relevância de determinado assunto. Colunas, por exemplo, são menos acessadas que a *home* de cada veículo. Além disso, no jornalismo atual, as colunas abordam assuntos diversificados e são caracterizadas por textos curtos e opinativos (SOUZA,

2009, p. 33). Sendo assim, é possível notar a disparidade de evidência designada ao conteúdo lésbico dentro das publicações existentes neste recorte.

Ao longo deste trabalho, observamos o cenário de estereótipos, objetificação e invisibilidade atrelados a mulheres não heterossexuais na mídia. A partir disso, comparando as informações sobre os enunciados expostos no quadro, conseguimos identificar alguns títulos que reproduzem esses pensamentos. Por exemplo:

"27% das mulheres hétero trairiam o parceiro com outra mulher"

"Dia da visibilidade lésbica: 8 projetos "lesbian chic" para você acompanhar"

Enunciados como esses reforçam estereótipos que são prejudiciais para o coletivo lésbico, uma vez que apresentam um recorte e dão margem para uma recepção preconceituosa por quem consome o conteúdo. A escolha entre as múltiplas formas de abordar um tema, apesar de não ficar evidente ao público, é determinante para construir a realidade.

A estrutura através das quais as notícias são produzidas determina a forma com que as informações serão repassadas ao público. Contudo, o fato de tais estruturas e constrangimentos não estarem visíveis para o público faz com que, como aponta Tuchman, a informação jornalística se apresente como a realidade verdadeira e não uma entre muitas representações possíveis dessa verdade (AGUIAR, 2011, p. 61).

Dentre os temas abordados pelos enunciados, estão a explicação sobre o porquê da existência das datas comemorativas, atos políticos relacionados, além de curiosidades médicas, mercadológicas e dicas de séries, livros e filmes. Embora todos os temas sejam importantes para disseminar o assunto e trazer visibilidade às mulheres lésbicas, alguns dos portais dedicaram-se principalmente a veicular as curiosidades consideradas aqui como temas secundários referentes às datas que são símbolo de luta do movimento, especialmente levando-se em consideração o poder dos títulos.

Pautar apenas dicas de filmes e séries, ou outros produtos culturais, faz com que mulheres reais não sejam entrevistadas, fato que seria de maior interesse representativo. Nilson Lage diz que "a base da reportagem continua sendo a entrevista, de preferência face a face, captando o que a fonte quer dizer e também, se possível, o que ela gostaria de não dizer" (1979, p. 19), sendo assim, situações que apresentam apenas temas que não aprofundam personagens lésbicas vão contra o trabalho jornalístico por excelência, baseado em entrevistas, apuração e fontes.

Todos os dados apresentados até o presente momento são respostas adquiridas a partir da análise das categorias determinadas para esta análise. Ao encontrar um cenário que integra as mulheres não heterossexuais na mídia com o passar dos anos, valorizamos o caminho traçado pelo jornalismo até aqui, já que a veiculação de conteúdos sobre o movimento valida e inclui socialmente a comunidade lésbica, mas também entendemos a necessidade de melhoria na execução dos critérios avaliados para que a representação e a existência das mulheres lésbicas na mídia sejam feitas sem os preconceitos enraizados pelo sistema patriarcal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, nos dedicamos a observar se a mulher lésbica aparece na cobertura midiática de massa em datas que são simbólicas para sua representação. Durante a pesquisa, entendemos a estrutura social que limita a figura da mulher lésbica e busca padronizar sua orientação sexual em prol do sistema patriarcal.

A partir disso, concluímos que essas informações corroboram o que encontramos no objeto de estudo, que mostram a ascensão de conteúdos direcionados ao tema, que viabilizam o reconhecimento da existência das mulheres lésbicas, dado que é visto por nós como positivo. Por outro lado, identificamos nas produções do recorte escolhido temas e posicionamentos que reforçam os estereótipos citados ao longo da fundamentação desta pesquisa. Sendo assim, consideramos que ainda há necessidade de que a mídia em um contexto geral, mas principalmente a de massa, entenda a relevância da pauta lésbica e a traduza a partir de uma perspectiva mais analítica e inclusiva.

Embora ainda sejam encontrados pontos que mereçam melhorias nas publicações, entendemos a importância das produções já realizadas, pois o desenvolvimento de um tema demanda tempo e percebemos o enriquecimento das pautas sobre a lesbianidade com o passar dos anos.

É necessário pontuar que a visibilidade da mulher lésbica na mídia é um tema importante na construção de uma sociedade mais igualitária, por isso, merece estudos ainda mais aprofundados que tenham como objetivo evidenciar os assuntos não só para a comunidade, mas para todos, a fim de normalizar as relações lésbicas e evidenciar a existência dessas pessoas na sociedade. Outros estudos podem e devem continuar a analisar como a representação da mulher lésbica está sendo feita, o que é deixado de fazer ou que tipo de personagens são trazidos.

Não está no escopo deste artigo, mas vale a menção à importância da imprensa especializada, que são os veículos que se dedicam a falar sobre o movimento LGBTQIAPN+,

especialmente mulheres lésbicas. É fato que a representatividade ainda precisa aumentar consideravelmente, sendo assim, essa produção precisa ser feita, pois a mulher não heterossexual não está sendo retratada no jornalismo em toda a sua complexidade. Se o jornalismo reproduz a realidade, ele precisa se preocupar em retratar o máximo de realidades possíveis. A imprensa especializada faz isso, mas os meios de massa, por sua característica intrínseca de alcançar mais pessoas, precisa também ter essa preocupação.

Este estudo veio com o intuito de reforçar a importância de a representatividade existir, por isso, reiteramos ainda que essa percepção também é válida para produções fora das datas comemorativas e títulos sobre orientação sexual, já que as mulheres lésbicas fazem parte do coletivo e possuem características notórias para além da sua sexualidade.

REFERÊNCIAS

ACEDO, Alessandra. **Gênero, Diversidade Sexual e Lésbicas**. 7º Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias. Nov. 2014. Disponível em: <https://siseb.sp.gov.br/arqs/INT_GENERO_DIVERSIDADE_SEXUAL_E_AS_LESBICAS_Alessandra%20Acedo.pdf> Acesso em 10 de set. 2023.

AGUIAR, Carolina Maia de, **Jornalismo e identidades coletivas: representações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros no portal *Mix Brasil***. TCC, Bacharelado em Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 139, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37584/000822514.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 15 out. 2023.

AGUIAR, Neuma. **Patriarcado, Sociedade e Patrimonialismo**. Sociedade e Estado, v. 15, n. 2, p. 303–330, jun. 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/cRnvYmPTgc59jggw7kV5F4d/?lang=pt>> Acesso em 20 de set. 2023.

BARBOSA, Paula Silveira. **Imprensa Lésbica no Brasil: memórias lesbianas e contribuições ao jornalismo**. Ponta Grossa. 2019. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-2341-1.pdf>> Acesso em 12 de set. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, Angela Maria. **Princípio da isonomia: o direito da mulher negra no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro. 2005. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10140/10140.PDF>> Acesso em 3 de out. 2023.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. São Paulo. 1980. Disponível em: <https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869763/mod_resource/content/0/BEAUVOIR%2C%20simone.%20O%20segundo%20sexo-%20Fatos%20e%20Mitoses%281949%29.pdf> Acesso em 5 de set. 2023.

BERTOLINI, Jeferson **Comunicação humana, comunicação de massa e efeitos da comunicação de massa**. NAMID/UFPB. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/download/45292/22411/>> Acesso em 10 de set. 2023.

BONOTO, C; STORCH L. **Jornalismo e construções identitárias: as representações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros no discurso jornalístico do Correio do Povo**. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 2014.

BORIS, G,D,J,B; CESIDIO M, D, H. **Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade**. Revista Mal-estar e Subjetividade – Fortaleza – Vol. VII – No 2. 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869762/mod_resource/content/0/Judith%20Butler-Problemas%20de-g%C3%AAnero.Feminismo%20e%20subvers%C3%A3o-da%20identidade-Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira-%202018.pdf> Acesso em 28 de set. 2023.

FERNANDES, Naiarlissom. **A importância da representatividade LGBTQ+ na atualidade**. Blog Petprodução. Disponível em: <http://www.petprod.ufc.br/blog/blog_09_representatividade_lgbtq/> Acesso em: 29 de maio 2023.

FOLADOR, Kellen Jacobsen, **A Mulher na visão do Patriarcado Brasileiro: uma herança ocidental**. Revista fato&versões. 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/3784126/A_MULHER_NO_PATRIARCADO_BRASILEIRO> Acesso em 10 de out. 2023.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. Livro. 2006. 6.ed . São Paulo.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Livro 1. edição - Vozes, Petrópolis, 1979. 2a. edição - Vozes, Petrópolis, 1981.

LIRA, Kaline F,S; BARROS, Ana, M. **Violência contra as mulheres e o patriarcado: um estudo sobre o sertão de pernambuco**. Revista Ágora, Vitória n. 22. p. 275-297. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/13622/9665>> Acesso em 4 de out. 2023.

LOP, Elizandra. **Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais**, 2009, **Artigo**, Joaçaba, v. 12, n. 2, p. 231-250. Disponível em: <<https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/623>> Acesso em 20 de ago. 2023.

OLIVEIRA, Luana Farias de, **LÉSBICAS EM LUTA: organização política e consciência militante**, 2018, TCC, Bacharela em Serviço Social, Joao Pessoa. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20137/1/TCC%20-%20Luana%20Oliveira%20-%20Servi%20c3%a7o%20Social%202018%20-%20Final.pdf>> Acesso em 29 de ago. 2023.

MARTINHO, Míriam. **Tributo a Rosely Roth e Livreto Dia do Orgulho das Lesbianas do Brasil**. 2012. Disponível em: <<https://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/tributo-rosely-roth-e-livreto-dia-do.html>> Acesso em 20 de out. 2023.

MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo na WEB: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual**. Salvador/Bahia. 2003.

Ministério da Educação. **Agosto: mês do orgulho lésbico**. IFMG (Instituto Federal de Minas Gerais) Campus Bambuí. 19 de ago. 2022. Disponível em: <<https://www.bambui.ifmg.edu.br/portal/ultimas-noticias/agosto-mes-do-orgulho-lesbico>> Acesso em 2 de out. 2023.

MOREIRA, Geraldo Eustáquio. **Por trás do monograma do movimento LGBTQIAPN+: vidas, representatividade e esclarecimentos**. Artigo. 2022. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/13262/9403>> Acesso em 9 de ago. 2023.

PFALTZGRAFF, Eduardo Esteves. **A contribuição da teoria da frequência e alcance eficaz como ferramenta de decisão para investimentos em comunicação de marketing: algumas considerações**. 2007. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/218_Artigo_A_contribuicao.pdf> Acesso em 30 de set. 2023.

PIANEGONDA, Natália. **Desigualdade salarial entre homens e mulheres evidencia discriminação de gênero no mercado de trabalho**. TSJ (Tribunal Superior do Trabalho). 08 de março de 2023. Disponível em: <[https://www.tst.jus.br/-/desigualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres-evidencia-discrimina%C3%A7%C3%A3o-de-g%C3%AAnero-no-mercado-de-trabalho#:~:text=Disparidades,Cont%C3%ADnua%20\(Pnad\)%20de%202019](https://www.tst.jus.br/-/desigualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres-evidencia-discrimina%C3%A7%C3%A3o-de-g%C3%AAnero-no-mercado-de-trabalho#:~:text=Disparidades,Cont%C3%ADnua%20(Pnad)%20de%202019)> Acesso em: 10 set. 2023.

RODRIGUES, Gabriel de Oliveria. **Manual de comunicação LGBT: Uma leitura crítica**. Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v.3, n.3, p. 267-274, dez. 2010. <<https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/77168/81030>> Acesso em: 20 abr. 2023.

RODRIGUES, Bruna Mariano. **Mídia e Sexualidade**: a relação lésbica na revista TPM. Rio de Janeiro. p. 91-108. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sess/a/8byStN77NCQhD63hQWYq5Xw/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 2 de set. 2023.

RIBEIRO, Karoline S; OLIVEIRA, Eliane B. de. **A representação lésbica na publicidade**. Curitiba. V. 9, n. 14, p. 87-10. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/de/article/view/9024/5532>> Acesso em 25 de set. 2023.

SOUZA, Ana Carla Rodrigues. **Estudo teórico sobre os critérios de noticiabilidade das colunas sociais**. 2009. Brasília. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2144/2/20605243.pdf>> Acesso em 5 de out. 2023.

VIEIRA, Livia de Souza. **Métricas editorial no jornalismo online**: ética e cultura profissional na relação com audiências ativas. Florianópolis. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/189167/PJOR0106-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>> Acesso em 2 de out. 2023.